

economia

Fundos patrimoniais avançam nas universidades do Rio Grande do Sul

Modelo baseado em doações privadas cresce após regulamentação, mas ainda opera em fase inicial

/ EDUCAÇÃO

Gabriel Margonar
gabrielm@jcrs.com.br

Em um cenário de restrições orçamentárias e busca por maior autonomia financeira, universidades do Rio Grande do Sul começam a estruturar - ainda que de forma incipiente - fundos patrimoniais, conhecidos como endowments. O modelo, consolidado em países como os Estados Unidos e Inglaterra, ganhou espaço no Brasil desde a regulamentação pela Lei 13.800/2019, mas segue distante de representar uma fonte relevante de financiamento para o ensino superior.

Na prática, os endowments são fundos formados por doações privadas, cujo patrimônio é investido para gerar rendimentos. Apenas esses rendimentos são utilizados para financiar atividades das instituições, garantindo uma fonte contínua de recursos ao longo do tempo.

“A principal característica é a perenidade. O principal é preservado, enquanto os rendimentos



No Estado, avanço é liderado por iniciativas independentes de ex-alunos e entidades privadas ligadas às universidades

sustentam as atividades”, explica Andrea Hanai, gerente de projetos do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS).

O modelo, embora ainda pouco disseminado no País, vem ganhando tração. Segundo o Monitor de Fundos Patrimoniais, do Idis, o Brasil conta hoje com cerca de 128

fundos ativos. Quase metade deles foi criada a partir de 2019, após a regulamentação do instrumento. Ainda assim, o universo segue restrito, especialmente no ensino superior: são cerca de 30 fundos universitários. A distância em relação a países como os Estados Unidos é significativa. Lá, mais de 650 universidades mantêm en-

dowments, que somam cerca de US\$ 944 bilhões em ativos. “Estamos no início da trajetória. O Brasil está ‘acordando’ para os endowments como instrumento de sustentabilidade de longo prazo e, quanto mais conseguirmos demonstrar o impacto deles, maior será o engajamento”, analisa Andrea.

Desafios ainda limitam expansão

Apesar do avanço institucional, especialistas apontam entraves estruturais para a expansão dos endowments no Brasil. Entre os principais estão a baixa cultura de doação, a escassez de incentivos fiscais e a falta de profissionalização na captação de recursos.

Outro fator relevante é o tema do planejamento sucessório. “Nos Estados Unidos, grande parte dos recursos vem de doações em testamentos. No Brasil, ainda há dificuldade de tratar esse assunto”, afirma Andrea Hanai.

Dados do IDIS mostram que, embora o patrimônio total dos fundos patrimoniais no Brasil ultrapasse R\$ 130 bilhões, apenas cerca de R\$ 200 milhões estão vinculados a universidades. Em 2024, os fundos distribuíram cerca de R\$ 2,8 bilhões em rendimentos para causas diversas, indicando potencial de crescimento do modelo. Ainda assim, mesmo em países onde os endowments são consolidados, o modelo não substitui o financiamento público ou as receitas tradicionais das universidades. Nos Estados Unidos, esses fundos respondem, em média, por 30% a 35% do orçamento das instituições.

Iniciativas no RS partem de ex-alunos e associações

No Rio Grande do Sul, o movimento é puxado principalmente por iniciativas independentes, organizadas por ex-alunos e entidades privadas ligadas às universidades - e não necessariamente pelas instituições em si. Atualmente, apenas a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) possuem ligação com fundos patrimoniais monitorados pelo IDIS; no ensino privado, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Pucrs) vêm avançando na estruturação do próprio projeto.

Na Ufrgs, há três fundos patrimoniais ativos, vinculados às áreas de Administração, Direito e Engenharia. Eles funcionam como associações privadas, sem vínculo jurídico formal com a universidade. “Os fundos são criados por ex-alunos ou pessoas ligadas às unidades. A universidade não institui esses fundos”, explica o vice-reitor Pedro Costa.

No entanto, apesar da ausên-

cia de vínculo formal, há colaboração institucional. Os recursos captados são destinados às unidades acadêmicas, com aplicação em melhorias de infraestrutura, compra de equipamentos, concessão de bolsas e apoio emergencial - como ocorreu após as enchentes que atingiram o Estado.

O Fundo Amanhã, ligado à Escola de Administração, por exemplo, já impactou mais de 1,9 mil estudantes, com concessão de bolsas e auxílios. O Fundo Centenário, da Engenharia, por outro lado, já financiou dezenas de projetos e bolsas. Ambos acumulam patrimônios próximos de R\$ 2,8 milhões.

No ensino privado, a Pucrs também avança na estruturação de seu fundo patrimonial. Criada em 2020, a Associação Irmão Norberto Rauch é responsável por liderar o processo de captação e gestão de recursos.

O projeto, no entanto, ainda está em fase inicial. “Até o momento, não houve captação efetiva. O foco tem sido estruturar o

fundo e construir relacionamento com potenciais doadores”, explica Oziel Alves, da área de Relações Institucionais da reitoria.

A estratégia segue o padrão internacional: mobilizar principalmente ex-alunos e parceiros institucionais. O objetivo de longo prazo é ampliar o acesso à universidade, com financiamento de bolsas e apoio à permanência estudantil, além de investir em pesquisa, inovação e internacionalização.

Mais recentemente, a UFPel, na Zona Sul do Estado, passou a integrar o movimento com a criação de um fundo patrimonial vinculado à Fundação Delfim Mendes Silveira (FDMS). A iniciativa, formalizada em 2024 após dois anos de estudos, busca apoiar projetos de ensino, pesquisa e desenvolvimento regional.

O modelo permite diferentes modalidades de doação - desde contribuições permanentes até aportes com finalidade específica definida pelo doador.

MEETING JURÍDICO
FEDERAGUL

15 de MAI
à partir das 12h
VAGAS LIMITADAS

Apoio:
Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS



Desembargador
Francisco Rossal
do TRT da 4ª Região



Lucas Redecker
Deputado Federal



Oscar Frank
Economista-chefe da CDL Porto Alegre

Jornada 6x1 em debate: Impacto econômico, jurídico e político nas relações de trabalho

MODERADOR:
Gustavo Casarin
Membro da Comissão Trabalhista
da Divisão Jurídica da FEDERASUL

PATROCÍNIO:

B S
P Z • LAW

ESTEVEZ
advogados

TARVOS
PARTNERS

TERRA MACHADO
CITOLIN
ADVOGADOS

Largo Visconde de Cairu,
17-4º andar - Porto Alegre

Convênio com o Estacionamento
Lyon Park - Av. Mauá, 1587
Lyon Park - Av. Mauá, 1413
(Prédio do Palácio do Comércio)